

O ACQUARIO E OS PEIXES: GRANDES PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E MOVIMENTOS SOCIAIS

(RESULTADOS PRELIMINARES DE PESQUISA EM ANDAMENTO)

GT20: SOCIEDADE CIVIL: PROTESTOS E MOVIMENTOS SOCIAIS.

LINDA MARIA DE PONTES GONDIM

RESUMO

O trabalho pretende contribuir para a compreensão de movimentos sociais contemporâneos, a partir do estudo de uma mobilização contra um oceanógrafo a ser construído como parte da requalificação da Praia de Iracema, bairro histórico de Fortaleza, capital do Ceará (Brasil). A emergência desse movimento ocorreu a partir de grupos preexistentes e ações de pouca visibilidade, articuladas e potencializadas por um “evento mobilizador”: a publicação de uma foto das obras no *Facebook*. O movimento tem foco específico, mas defende objetivos mais amplos: democratização da comunicação, acesso a direitos sociais, participação popular e preservação do meio ambiente. Não há lideranças formais nem regras para participar da mobilização, o que é facilitado pelo uso intenso da Internet.

PALAVRAS CHAVE: movimentos sociais; acquário do ceará; requalificação urbana

RESUMEN

Este trabajo quiere contribuir a la comprensión de los movimientos sociales contemporáneos, a partir del estudio de una movilización contra un acuario que se está construyendo como parte de la recalificación de la Playa de Iracema en Fortaleza, capital de Ceará (Brasil). La emergencia de este movimiento ocurrió a partir de grupos ya existentes y acciones de poca visibilidad, articuladas y potencializadas por un “evento movilizador”: la publicación de una fotografía en *Facebook*. El movimiento tiene un foco específico, pero defiende objetivos amplios: democratización de la comunicación, acceso a los derechos sociales, participación popular y preservación del medio ambiente. No existen líderes formales ni reglas para participar de la movilización, lo que es facilitado por el uso de Internet.

PALABRAS CLAVE: movimientos sociales; acuario de ceará; recalificación urbana

1 Introdução

Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa sobre um movimento social contra a construção de um grande oceanógrafo em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, cidade com aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. Com este estudo de caso, pretende-se fornecer elementos para identificar as características e o alcance dos movimentos sociais no século XXI, especialmente no Brasil. A metodologia da investigação, de natureza qualitativa, baseia-se em observação participante, entrevistas semi-estruturadas, levantamento bibliográfico e documental e análise de material publicado na Internet, particularmente na rede social *Facebook*. O tema aqui discutido assume especial relevância quando se consideram as peculiaridades dos protestos que eclodiram em São Paulo e se multiplicaram em diversas cidades brasileiras, a partir de junho de 2013.

O oceanógrafo é um projeto do governo estadual, que se insere no processo de requalificação da Praia de Iracema e destina-se a potencializar a atratividade turística da capital, tendo em vista a Copa do Mundo de 2014, da qual será uma das sedes. A requalificação daquele bairro histórico iniciou-se na década de 1990, com a construção de um calçadão ao longo da orla e do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, acarretando valorização imobiliária e substituição do uso habitacional por bares, restaurantes e danceterias. (Gondim, 2007).

Desde seu anúncio, em 2008, o Acquario foi objeto de polêmicas. De saída, questionou-se o investimento de 250 milhões de reais em um equipamento turístico, quando o Estado apresenta graves carências em áreas prioritárias como educação e saúde. A insuficiência de estudos sobre os impactos ambientais e a imprecisão das informações sobre o retorno econômico do projeto foram outras questões colocadas. Contudo, até o início das obras, em 2012, não havia oposição sistemática ao oceanógrafo: o governo estadual contava com o apoio da Prefeitura, ocupada por uma aliada, e tinha maioria absoluta no legislativo estadual. Por parte da sociedade civil, as críticas limitavam-se a manifestações pontuais apresentadas em eventos estudantis ou em ações de entidades como o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA). Essa relativa aquiescência ocorria, provavelmente, porque muitos duvidavam da realização do projeto, haja vista a demora do Executivo em captar recursos para viabilizar o investimento.

Em contraste com a propaganda oficial veiculada na fase em que o Acquário estava sendo projetado, as obras começaram discretamente, pegando de surpresa os opositores. A reação destes também surpreendeu: algumas pessoas, sem vínculo direto com associações formalizadas, organizaram a partir de redes sociais virtuais um movimento que conseguiu a paralisação das obras por 80 dias, investigações do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado e mobilização da opinião pública contra o oceanógrafo, como será visto.

2 Movimentos sociais: como “novos” personagens entram, saem e (re)entram em cena

A eclosão de movimentos sociais costuma ser recebida com surpresa, quando não perplexidade, pela mídia, por governantes, políticos e estudiosos do tema. Com frequência, a legitimidade das manifestações é questionada e seus resultados são subestimados – entre outros motivos, porque os recursos de organização e comunicação são bastante desproporcionais àqueles disponíveis aos adversários e as reivindicações iniciais são consideradas demasiadamente específicas ou, ao contrário, excessivamente vagas para motivar outros atores sociais. Por exemplo, o *Occupy Wall Street* teria um objetivo demasiadamente amplo: a transformação do sistema capitalista; já as manifestações ocorridas nas cidades brasileiras em junho e julho de 2013, cuja demanda inicial era a redução do preço da passagem de ônibus, passaram a incorporar pautas mais abrangentes e diversificadas, como mais recursos para a educação e saúde, repúdio à corrupção, oposição aos gastos excessivos com a Copa do Mundo de 2014 e outras.

Por vezes, os movimentos experimentam refluxos ou mesmo desaparecem. Analistas se dividem na avaliação dos seus resultados, o que dependerá dos critérios utilizados. O *Occupy Wall Street* é apontado como fracassado, porque os manifestantes foram retirados do espaço público sem obter nenhuma alteração no capitalismo financeiro; mas também é avaliado como exitoso, por ter fomentado a difusão de novos valores democráticos (Mendes, 2013). Algumas mobilizações resultam em mudanças políticas visíveis, como o movimento “Fora Collor” no Brasil, em 1992, o qual provocou o *impeachment* do presidente da República, acusado de corrupção. Foi o caso, também, da “Primavera Árabe”, que logrou a derrubada de regimes ditatoriais. No entanto, mesmo esses movimentos podem ser apontados como fracassos, na medida em que as transformações alcançadas não foram capazes de impedir retrocessos.

Não por acaso, pesquisas sobre movimentos sociais proliferaram quando e enquanto estes têm visibilidade na esfera pública, e refluem junto com eles (Lavalle, Castello, Bichir, 2004). É comum os analistas apontarem o potencial transformador das mobilizações enquanto elas estão em evidência, e afirmarem seu fracasso ou refluxo depois que elas saem de cena. Essa visão, baseada em um empirismo tautológico, pouco contribui para o acúmulo de conhecimento teórico e é responsável, em grande parte, pela surpresa dos analistas cada vez que ocorrem manifestações de massa – afinal, de onde surgiram essas pessoas que, “de repente”, resolvem protestar contra a ordem estabelecida?

A experiência histórica deveria nos acautelar contra diagnósticos pessimistas que apontam a “apatia” dos jovens ou da classe trabalhadora e a fragilidade das contestações à ordem vigente. Nesse sentido, recuperar as análises sobre a eclosão de movimentos sociais na década de 1970 – em plena ditadura militar – pode ter um efeito pedagógico. Até então, predominava a visão de que os trabalhadores eram completamente subordinados aos ditames do Estado e da acumulação de capital, alienados e massificados pela mídia. Como notou Sader (1988), essas representações só foram reconhecidas como inadequadas quando irromperam greves fomentadas pelo “novo sindicalismo” no ABC paulista e movimentos de bairro clamando por habitação, saneamento básico, creches, escolas, postos de saúde etc. A pesquisa social demorou um pouco a explicar esses movimentos sociais, cujas origens estavam relacionadas a práticas pouco visíveis que, em geral, se davam no local de residência. No contexto do autoritarismo, tratava-se de um fenômeno novo, cuja própria percepção demandava a formulação de novas categorias e novos métodos de investigação nas Ciências Sociais (Durham, 1986). Nas palavras de Eder Sader (1988, p. 27), “tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real”.

Após a promulgação da Constituição de 1988, as mobilizações começam a assumir novos contornos, em decorrência do retorno à democracia, que abriu espaços para políticas públicas participativas. Paradoxalmente, os avanços políticos coincidiram com perdas econômicas decorrentes da ascensão do neoliberalismo e sua política de desmonte do Estado, na década de 1990. Na mesma época, diminuíram os embates provocados pelos movimentos sociais, o que foi identificado como enfraquecimento ou mesmo fracasso.

Esse resultado desanimador foi atribuído a diversos fatores, porém dois deles merecem destaque. Primeiramente, o desfecho da redemocratização, que permitiu a participação ou cooptação dos atores mobilizados, seja em novas instâncias de políticas públicas (conselhos de políticas públicas, orçamento participativo), seja nos próprios órgãos governamentais, como aconteceu em administrações petistas. Para tanto também contribuiu o fortalecimento dos mecanismos de representação política (eleições e atuação parlamentar), que passaram a ser utilizados por partidos de esquerda. Um segundo fator de desgaste dos movimentos sociais decorreu de sua própria dinâmica: a incapacidade de manter altos níveis de ativismo por longos períodos de tempo, quando as ameaças não são iminentes ou visíveis (Santos, 1982).

Contudo, as manifestações de massa não cessaram. Além do Movimento dos Sem Terra (MST), outros grupos vinham a público para reivindicar direitos sociais e culturais: contra a homofobia, pela legalização do aborto, pela garantia da posse das terras pelos indígenas, contra remoções de moradores pela especulação imobiliária etc. O próprio Movimento pelo Passe Livre, estopim dos grandes protestos de 2013, já havia realizado mobilizações em diversas cidades, sendo sua origem associada a conflitos ocorridos em Salvador (2003) e Florianópolis (2004 e 2005).

Não cabe, no escopo deste artigo, tentar explicar como e por que as mobilizações de 2013, apesar de reprimidas, multiplicaram-se, passando a encampar variadas causas e a atrair pessoas com perfil diversificado. Tampouco se quer avaliar os resultados desses protestos, que provocaram respostas quase imediatas do Executivo e do Legislativo. O que se pretende aqui é buscar, por meio de um estudo de caso, ferramentas analíticas para entender como nasce – ou renasce – formas de ação coletiva que estariam adormecidas, quando não extintas. Espera-se, assim, contribuir para que nós, pesquisadores,

não fiquemos tão atônitos quanto o senso comum, a mídia e todos aqueles que se recusam a dar asas à imaginação sociológica. É esta que confere ao cientista social a capacidade de relacionar a realidade cotidiana com o processo histórico e vice-versa (Mills, 2009), de modo a identificar a força da memória e da aprendizagem social na criação de acontecimentos “surpreendentes”.

Olhando retrospectivamente, não é tão difícil identificar a gênese dos movimentos sociais, especialmente quando se trata de mobilizações conduzidas por grupos letrados, em sociedades onde se multiplicam os meios de (re)produção de informações. A reconstituição histórica tem um sentido mais heurístico do que teórico, pois serve à compreensão do presente, mais do que à antevisão do futuro. Como fundamento para uma teoria com algum poder de predição, o conhecimento do passado só é útil em uma perspectiva comparativa, que permita chegar a generalizações. Para os próprios atores sociais, a memória é um instrumento para fortalecer os vínculos entre eles e sua identidade como grupo. Daí a relevância de identificar as origens, conhecer as estratégias e acompanhar a trajetória de movimentos sociais.

3 O Acquário do Ceará e o movimento “Quem dera ser um peixe”

3.1 Uma música, uma foto, um bloco de carnaval: nasce o movimento contra o Acquário Ceará

A eclosão de movimentos sociais costuma surpreender não só os pesquisadores, como seus próprios participantes – mesmo porque o início de uma mobilização raramente é intencional, ainda que haja um descontentamento preexistente, expresso em ações pouco visíveis ou de dimensões limitadas. Foi o que ocorreu no caso da oposição ao Acquário do Ceará.

Em março de 2008, o Secretário de Turismo do Estado anunciou, em audiência pública, a construção do que seria o maior oceanógrafo da América Latina: área ocupada de 21,5 mil m², distribuídos em quatro pavimentos e volume total de 15 milhões de litros de água. Além dos animais marinhos e de água doce, as atrações serão múltiplas e variadas: túneis de observação submersos, navio naufragado, simuladores de submarino, cinemas e outras. Em uma área contígua ao edifício, de 4.252 m² haverá uma fonte temática, esculturas, quiosque de alimentação e posto de informações turísticas. O custo total do empreendimento será de 250 milhões de reais.

Tanto os números como as avaliações do impacto do empreendimento são superlativos: segundo o Secretário de Turismo, “o oceanógrafo será um ícone, uma referência para o turismo no Ceará” (Portela, 2008, s/p), com impactos na indústria e na geração de emprego e renda (Sousa, 2009). Representante do *trade* turístico completa: “O Acquario Ceará é [...] um equipamento científico-educacional que será referência na vida dos cidadãos cearenses e dos turistas” (Cialdini, 2003, s/p). A Prefeita Luizianne Lins, do Partido dos Trabalhadores – então aliado ao partido do governador – elogiou oceanógrafo, considerando-o “ousado”, “bonito” e compatível com o projeto municipal para a urbanização da Praia de Iracema (Prefeita promete..., 2009, s/p). Durante vários meses, uma maquete do Acquário foi exibida no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e em *shopping centers* de Fortaleza.

As críticas não tardaram, veiculadas discretamente na mídia e pelos poucos parlamentares que exerciam oposição ao governo estadual. Os ambientalistas temiam os efeitos danosos sobre a fauna marinha e a possível erosão na costa oeste da Região Metropolitana (Caucaia). O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), apresentados somente em setembro de 2011, foram considerados insatisfatórios. Questionam-se também os efeitos, para a mobilidade urbana, da localização de um grande equipamento em uma área já congestionada como a Praia de Iracema.

Face às necessidades de investimentos em políticas públicas, o Acquário tem sido visto como uma obra cara e supérflua, quase uma afronta à população de um Estado que, além de atravessar um período de seca que devasta sua agricultura, apresenta déficits crônicos em educação e saúde. A

responsabilidade gerencial e financeira pela manutenção e a previsão do retorno econômico do Acquário são itens nebulosos. Somente em dezembro de 2012 foi publicado um estudo sobre a viabilidade e os impactos do oceanógrafo. As previsões relativas a emprego e renda são baseadas na expectativa – cuja fundamentação não é explicitada – de que “a oportunidade de visitar o equipamento” contribuirá para aumentar em mais um dia a permanência do turista no Ceará e para incrementar em 10% a demanda turística (Ceará. IPECE, 2012, p. 8).

Na vizinhança do local onde será construído o Acquário, situa-se uma comunidade de baixa renda, o Poço da Draga, onde residem mais de duas mil e 500 pessoas. Ainda que sua remoção não esteja prevista no projeto do oceanógrafo, a valorização da área pode acarretar um processo de gentrificação, ameaçando a permanência das moradias populares.

Até o início de 2012, esses questionamentos ocupavam lugar marginal na mídia e nas preocupações dos críticos, provavelmente devido à demora do início do empreendimento. A oposição ao oceanógrafo ainda não se transformara em uma mobilização, uma vez que entre os oponentes parecia prevalecer um consenso “negativo”, ou seja, a descrença na realização do projeto. Para Cefai,

“O próprio de uma mobilização não totalmente rotineira é que ela abala o consenso presumido da experiência do senso comum e põe à prova a atitude natural dos indivíduos que a compõem. Ela deve então produzir os termos de sua inteligibilidade e de sua legitimidade para os auditórios aos quais se endereça, para os membros que a compõem e para os adversários contra os quais luta. A constituição de um desafio de mobilização, de protesto e de conflito acompanha a articulação de uma arena pública, para onde apontam os atores coletivos e onde emergem novos universos de sentido – senso comum, mesmo se controverso”. (Cefai, 2009, p. 27).

Em outras palavras, a criação de um movimento social depende da capacidade de articular uma arena pública, na qual os manifestantes expressem e justifiquem suas pautas, construam identidades – tanto para seguidores como para opositores – e proponham estratégias de engajamento político. Não se trata de atos voluntaristas, e sim da formação de um sujeito coletivo, que não se reduz ao somatório das experiências pessoais. Sem querer reificar o conceito de movimento social, é preciso distinguir entre o comportamento dos indivíduos e suas ações resultantes de interações sociais, que produzem o comportamento coletivo. É nessa perspectiva que se deve considerar a cadeia de eventos que confere inteligibilidade à gênese dos movimentos sociais, começando pelo “evento mobilizador”, ou seja, o fato material específico que desencadeia a ação coletiva (Santos, 1981). No caso do Acquário Ceará, tal fato está relacionado ao início discreto da construção do equipamento, em contraste com o estilo “espetacular” do governador Cid Gomes. Discreto, mas não invisível: tanto é que no início de 2012, um morador da Praia de Iracema percebeu, durante uma caminhada ocasional, que a construção do Acquário já começara:

“Vi que o terreno [onde se localizará o Acquario] [...] estava mais ou menos como se fosse terraplanado. Tinha já barro vermelho [e] passava trator. [...] Eu estava com um celular que, como quase todo celular hoje, tem câmera, [...] Aí eu só fiz ir até o centro do terreno, posicionei lá [a câmera], tirei uma foto, cheguei em casa, baixei a foto no computador e postei a foto no *Facebook* [...] fazendo uma pergunta assim: “E aí, a gente vai deixar? A gente vai deixar que essa obra de R\$250 milhões de reais seja construída sem um debate mais sério?”(Entrevista com participante do movimento, realizada em 22 de março de 2013).

A repercussão foi bem maior do que ele imaginara: “Em muito pouco tempo as pessoas estavam comentando, muita gente compartilhando, muita gente... Eu acho que se gerou mesmo, assim, um fato, que era o que a gente precisava”. (Entrevista com Getúlio, realizada em 22 de março de 2013). Interessante mencionar que em 2011 uma foto da maquete eletrônica do oceanógrafo já havia aparecido no *Facebook*, com um comentário crítico provocador. Contudo, não houve repercussão. Isto indica que só ocorre um evento mobilizador quando já existe um grupo com predisposição a se manifestar a respeito. Como afirma Cefai (2009, p. 22), “organizações e redes preexistem à ação coletiva”

3.2 Estratégias e resultados

A repercussão da imagem postada no início de 2012 não ficou restrita ao meio digital, cuja importância para a articulação de movimentos sociais não deve ser superestimada. Na verdade, a comunicação virtual pode potencializar ideias e ações, mas não tem o efeito de um *deus ex machina*. Convém destacar o encadeamento entre contactos virtuais e reais, a começar pelo fato de que boa parte dos que responderam à “provocação” de Getúlio já se conheciam previamente e participavam de movimentos com interesses comuns. Pelo *Facebook*, uma dessas pessoas convidou os opositores do Acquário para uma reunião do Comitê Popular da Copa, que reunia ONGs, assessorias e movimentos contrários a projetos votados para a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014). Como o oceanógrafo foi concebido para incrementar o turismo fomentado por esses eventos, seria possível “fazer um *link*” entre todos esses atores, como disse um entrevistado.

O movimento contra o Acquário fez sua primeira manifestação nas ruas em fevereiro de 2012, durante o carnaval, no bloco Quem Dera Ser um Peixe. Este nome foi retirado da música “Borbulhas de amor”, de autoria do uruguaio José Luis Guerra, com letra do poeta brasileiro Ferreira Gullar, gravada por Fagner, cantor ligado ao governador Cid Gomes. A frase romântica “quem dera ser um peixe / para no teu límpido aquário mergulhar” foi ressignificada para indicar que a população estava sendo preterida face aos gastos com o oceanógrafo.

Desde o início da mobilização, a entrada e saída de membros têm sido bastante informais, ocorrendo geralmente mediante contatos presenciais ou virtuais com outros integrantes. O Quem Dera Ser um Peixe é constituído, sobretudo, por indivíduos em geral de classe média, mas com perfil profissional heterogêneo: artistas, profissionais de audiovisual e produtores culturais; professores e estudantes, em geral universitários; e algumas lideranças do Poço da Draga. São apoiados por grupos e organizações não governamentais (ONGs), entre as quais se destacam: a Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), o Coletivo Flor de Urucum e o Escritório Frei Tito de Advocacia (EFTA), constituídos por estudantes e profissionais, muitos dos quais voluntários, que atuam em assessoria jurídica a movimentos sociais e comunidades de baixa renda; o Cearah Periferia e o Instituto Terramar, ONGs atuantes na defesa do direito à habitação e ao meio ambiente. Essas organizações e o movimento anti-Acquário atuam em formato de rede, com características semelhantes àquelas apontadas apresentam por Ilse Scherer-Warren (2011). Compartilham o mesmo ideário: democratização da informação e da cultura, garantia do direito à habitação e ao meio ambiente saudável, respeito à diversidade, participação popular, transparência e equidade social nas ações da administração pública. Participam de atividades de comum interesse, como a regularização do Poço da Draga como Zona de Interesse Especial (ZEIS)¹ e a mobilização contra a construção, pela Prefeitura, de um viaduto que destruirá parte de uma área de preservação ambiental, o Parque do Cocó. Alguns são anarquistas, outros (a minoria) são filiados ao Partido do Socialismo (Psol): uma das lideranças do Quem Dera é assessora de uma vereadora desse partido. Contudo, os pronunciamentos e práticas do movimento enfatizam seu caráter suprapartidário, sem negar o caráter político de suas ações.

¹ Esse instrumento urbanístico, aprovado no Plano Diretor de Fortaleza em 2006, poderá impedir uma eventual remoção da comunidade.

O formato em rede tem permitido que a mobilização se mantenha com uma estrutura horizontal, sem um centro de comando e sem divisão rígida de responsabilidades, ainda que se possa identificar a participação mais intensa de um grupo de aproximadamente 20 pessoas, presentes em perfis criados para o grupo no *Facebook*. Qualquer participante pode propor ações, mas uma regra não formal estabelece que “quem propõe, faz”. Como explica uma das lideranças:

“Você tem a iniciativa, quer criar alguma coisa, crie. Agora, faça acontecer. Não tem essa de ‘era bom que alguém fizesse assim’. Não! Faça! Tem pé pra fazer, tem perna? Conta com a ajuda de pessoas? Pois vamos fazer. Então, não tem esse negócio de só um faz ou só uma proposta é aprovada”. (Entrevista com participante do movimento, realizada em 23/03/2013).

A mobilização contra o Acquário, desde o seu início, lançou mão de estratégias tanto culturais como políticas. A linguagem do humor e o apelo ao lúdico têm sido marcantes, a começar pela denominação do movimento; também está presente nas “inundações” e “ocupações”, amplas concentrações realizadas na Praia de Iracema, que incluem aulas públicas, rodas de conversa, apresentações de música e capoeira, oficinas de artes visuais etc. O recurso a redes sociais, blogs, sites e outras ferramentas digitais tem sido uma constante, beneficiando-se da experiência de alguns militantes na aplicação dessas mídias ao “ativismo virtual”. Os integrantes do Quem Dera Ser um Peixe consideram outros meios de comunicação de massa parciais e manipuladores, mas não ignoram sua importância. Assim, têm concedido entrevistas, participado de reportagens e programas de televisão, além de acionar jornalistas conhecidos para divulgar suas denúncias.

Quanto às estratégias políticas – entendidas como tais aquelas que lançam mão de recursos de poder – vale citar o envio de documentos a órgãos públicos e privados, solicitando informações e denunciando irregularidades. Uma das primeiras atividades do Quem Dera Ser um Peixe foi enviar ofício aos órgãos municipais e estaduais legalmente responsáveis por diferentes aspectos do empreendimento (licenciamento ambiental, turismo, obras etc.) e uma carta ao *Export-Import Bank* (*Ex-Im Bank*), financiador do projeto. Há que mencionar, ainda, as denúncias apresentadas ao judiciário, com o apoio do Ministério Público Federal e do Ministério Público de Contas. Em todos esses casos, destaca-se a utilização de uma ferramenta cujo domínio é condição de eficácia das estratégias políticas, particularmente quando envolvem o discurso jurídico: a linguagem técnica que, em si mesma, confere poder a quem tem competência para utilizá-la (Bourdieu, 1989).

Uma vitória significativa, ainda que parcial, foi o embargo das obras do Acquário por 80 dias, motivado por denúncia do movimento, que constatou a falta de prospecção arqueológica no EIA/RIMA, contrariando a legislação federal de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico. Embora a construção tenha sido retomada após a realização daquele trabalho e sua aprovação pelo Instituto Nacional do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a medida atraiu considerável atenção da mídia para o movimento.

Com a aproximação das eleições municipais de 2012, o Quem Dera Ser um Peixe cessou temporariamente suas ações públicas, a fim de evitar que estas fossem associadas a partidos ou candidatos. Individualmente, vários participantes engajaram-se na campanha do candidato do PSol, mas o movimento permaneceu suprapartidário. Essa postura expressa uma preocupação que já se notava nos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, no que se refere à presença de atores “externos”, sobretudo partidos políticos (Barreira, 1986). Nesse sentido, persiste certa resistência à política institucional, provavelmente pela pouca legitimidade dos mecanismos da democracia representativa entre os ativistas.

Passadas as eleições, o movimento retomou as estratégias institucionais. Uma ação que repercutiu bastante foi a denúncia apresentada ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, concernente

à inexigibilidade de licitação para a construção do oceanógrafo. Trata-se de uma irregularidade, já que, ao contrário do que afirmava o governo, existiam outras empresas especializadas nesse tipo de projeto. Havia a suspeita de que a escolha recaísse em uma empresa americana por exigência do *Ex-Im Bank*. O resultado da investigação foi um relatório de inspeção que veio a público em março de 2013, com sérias acusações ao governo estadual. O Quem Dera Ser um Peixe recorreu à sua rede de contatos na imprensa e conseguiu grande divulgação do fato, inclusive na mídia nacional.

O movimento reiniciou as manifestações públicas em meio à onda de protestos realizados em Fortaleza durante a Copa das Confederações, que ecoaram os protestos nacionais. Foi realizada uma “ocupação” na Praia de Iracema, que incluiu um acampamento durante a noite de 13 e a de 14 de julho de 2013. Diversos participantes e simpatizantes revezaram-se em rodas de conversa, oficinas de histórias em quadrinhos, visitas guiadas ao Poço da Draga, apresentações musicais, exibição de capoeira e exposição de livros, entre outras. Uma trupe de palhaços, a Tropa de Nhoque, realizou uma paródia da repressão policial. Durante toda a manifestação, cerca de 40 policiais e dez viaturas vigiavam a área, ainda que não houvesse sinais de distúrbios.

Atualmente, o Quem Dera Ser um Peixe planeja estratégias para pressionar a Câmara Municipal a aprovar a realização de um plebiscito sobre a construção do Acquário, proposto em projeto de lei apresentado por um vereador do Psol. Até a conclusão do presente trabalho, a realização do plebiscito era incerta, pois só seria decidida após o término do recesso parlamentar, em agosto de 2013. Enquanto isso, as obras prosseguem sob ameaça de paralisação, em decorrência de uma Ação Civil Pública iniciada pelo Ministério Público Federal, que questiona o licenciamento ambiental da obra.

4 Considerações finais

Ainda que não se possam fazer generalizações a partir de um estudo de caso, os achados preliminares da pesquisa sobre o Quem Dera Ser um Peixe lançam luz sobre o *modus operandi* de mobilizações sociais na contemporaneidade. A eclosão de protestos que perduram por um tempo relativamente longo não ocorre por acaso, nem deveria deixar os cientistas sociais atônitos. Todo movimento social é precedido por ações coletivas contestatórias e difusas, que se articulam e entram na cena política a partir de um evento mobilizador. Este, sim, é imprevisível, pois se trata geralmente de um fato pontual e contingente: no caso analisado, foi a divulgação, pelo *Facebook*, de uma foto do início das obras do Acquário, imagem que, em ocasião anterior, não teve repercussão.

Os atores que constituem um movimento social não surgem nem se agregam por um passe de mágica. Antes das manifestações massivas, há um ou mais grupos de pessoas mobilizadas por um objetivo comum, ainda que não articulados. Tanto é que os mesmos analistas que receberam com surpresa os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 encontraram suas raízes, *a posteriori*, no cotidiano das periferias urbanas ou das fábricas, onde atuavam personagens “invisíveis” pelas lentes do paradigma sociológico então vigente: clubes de mães, associações comunitárias, Comunidades Eclesiais de Base e outros. As reivindicações desses atores não eram políticas no sentido de contestação do poder institucionalizado, pois limitavam-se a reivindicações pontuais e a mobilizações descontínuas – mesmo porque a repressão impedia grandes manifestações públicas.

A presente tentativa de atribuir racionalidade à emergência de movimentos sociais não se contrapõe à recomendação de “ter humildade” para reconhecer a imprevisibilidade desse fenômeno. O que se quer é defender a necessidade de sair da zona de conforto que deixa os analistas cegos às tendências de mudanças, as quais podem ser identificadas mediante a análise de crises políticas no nível macro-social e de práticas coletivas que ocorrem no nível micro das ações sociais.

Um fator peculiar aos movimentos sociais contemporâneos dificulta as previsões quanto à sua gênese: o uso da internet, que potencializa a mobilização, na medida em que diminui os custos, em termos de recursos materiais e humanos, da articulação dos participantes e da divulgação das ações. A

comunicação via computador também favorece o formato em rede, colocando em contato pessoas e grupos com perfil, ideologias, interesses e objetivos heterogêneos, mesmo quando o movimento tem um alvo específico, como a oposição à construção do Acquário e da luta pelo “passe livre”.

Outras características não são novas. A resistência à influência de partidos políticos já estava presente desde a década de 1970 – senão como prática, mas certamente como discurso. Tampouco é novidade a presença do que era chamado então de “agentes externos”: nas décadas de 1970 e 1980, destacava-se a Igreja Católica; atualmente, os principais aliados parecem ser os operadores do direito, com destaque para membros do Ministério Público e de assessorias jurídicas “populares”. De um modo geral, as assessorias técnicas prestadas por profissionais voluntários (jornalistas, arquitetos, geógrafos, biólogos, sociólogos e outros) e por ONGs são onipresentes. Há que ressaltar, porém, que a presença dessas últimas já se destacava na década de 1990, quando processos e estruturas participativas passaram a requerer dos movimentos sociais maior familiaridade com o conhecimento técnico. No caso do Quem Dera Ser um Peixe, esses profissionais, na verdade, constituem o próprio cerne do movimento, que tenta diversificar sua composição social por meio de aliança com a comunidade do Poço da Draga – aliança esta que, até o presente, tem se limitado a algumas lideranças daquela comunidade.

É preciso reconhecer que, mesmo em face de condições adversas, a sociedade se move – por vezes silenciosamente, por vezes com “ruídos” ocasionais. Tal afirmação parece óbvia, mas precisa ser feita para relativizar a surpresa com que os estudiosos costumam recepcionar os movimentos sociais. Os “ruídos” se transformam em gritos durante conjunturas de crise da ordem vigente, as quais, por vezes, deságuam em transformações que excedem os objetivos iniciais dos movimentos, mesmo porque outros fatores atuam nesse sentido (por exemplo, problemas econômicos e deslegitimação de governos, influências externas etc.). Foi assim no final da década de 1970, quando ficou visível o enfraquecimento do regime militar; está sendo assim nos anos 2013, quando o modelo de desenvolvimento inaugurado pelo presidente Lula mostra suas fragilidades.

Bibliografia

Almeida, R. et al. (2011). *Tese ao XIV Congresso de Estudantes da Uece*. Fortaleza, [?], mimeo.

Barreira, I. (1986) Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais urbanos. (pp. 131-150) In: Krischke, P. & Mainwaring, S. (Eds.). *A igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre, RS, L & PM.

Beaud, S. & Pialoux, M. (2005) La “racaille” et les “vrais jeunes”. Critique d’une vision binaire du monde des cités. *Liens socio*. Recuperado em 18 de julho de 2013, do sitio de Web http://www.liens-socio.org/article.php3?id_article=977.

Bourdieu, P. *O poder simbólico*. Lisboa, Portugal, Difel, 1989.

Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). (2012). Os impactos econômicos do Acquário Ceará e sua viabilidade. *IPECE Informe*, Fortaleza, 48.

Cefai, D. (2009). Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, 4 (2), 11-47.

Cialdini, C. (2009, 23 março). Um projeto estratégico para o Ceará. *O Povo*.

- Durham, E. (1986) A pesquisa antropológica com populações urbanas. In Cardoso, Ruth (Ed.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. (pp. 17-37). Rio de Janeiro, RJ, Zahar.
- Gondim, L. (2007). *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo, SP, Annablume.
- Lavaille, A. G., Castello, G. & Bichir, R. M. (2004). Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política e Sociedade*, 5, 37 – 55.
- Mendes, D. (2013) Entrevista com Manuel Castells. *Isto É*, São Paulo, 8-14.
- Mills, C. W. (2009). A promessa. In Mills, C. Wright (Eds.). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. (pp.81-87). Rio de Janeiro, RJ, Zahar.
- Portela, M. (2008, 28 junho). Pavilhão terá área disputada. *Diário do Nordeste*.
- Prefeita promete primeira etapa do hospital da mulher para segundo semestre. (2009, 22 junho). *O Povo*.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra.
- Santos, C. (1981). *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ, Zahar.
- Scherer-Warren, I. (2011). *Redes de movimentos sociais*. (5. ed). São Paulo, SP, Loyola.
- Sousa, S. (2009, 17 fevereiro). Sai hoje o projeto do oceanário. *Diário do Nordeste*.